

TEXTOS

Supervisão Educacional

ALVES. Ricardo C. S.

A Supervisão em Educação se apresenta epistemologicamente como o controle e a gerência da organização e do processo de produção da Educação frente ao órgão ou pessoa que sustenta ou mantém este processo.

Tudo isso começou na situação de relação que se estabeleceu entre o homem e o trabalho, onde a atuação do homem, agindo sobre o mundo externo, fazendo cultura, transformando-o e transformando-se, assume a possibilidade de construir reconstruir sua sociedade. Essas formas sociais dependem do trabalho inteligente e como diz Silva:

"A unidade entre concepção e execução pode ser dissolvida. A concepção pode, ainda, continuar a governar a execução, mas a idéia concebida por uma pessoa pode ser executada por outra. A força diretora do trabalho continua sendo a consciência humana, mas a unidade entre as duas pode ser rompida no indivíduo e restaurada no grupo, na oficina, na comunidade ou na sociedade como um todo." (1987, p.37 e 38).

Na evolução dos meios de produção, o capital, através dos sistemas gerenciais, imprime um conceito fundamental que é o "controle", entre a administração e a execução no processo produtivo.

Com o advento da revolução técnico – científica , houveram alterações entre a concepção e a execução, mas nada que modificasse a visão das organizações em relação a promoção humana; continua, portanto, uma ênfase do técnico em detrimento do humano.

"Nesse contexto, justifica-se a supervisão escolar como um meio de garantir a execução do que foi planejado no centro, exigindo cada vez mais pessoal cada vez menos qualificado e portanto, preparados em curso de menor duração, o que diminui os custos de mão-de-obra. Essa contratação é perfeitamente coerente com a racionalidade que tem caracterizado o modelo de desenvolvimento brasileiro desde 1964, e que foi expressa nas reformas educacionais de 1968 e 1971."(SILVA, 1987, p.48)

O supervisor tem, geralmente, um caráter de "mediador", instrumento da classe técnico – burocrática (equipe de concepção, planejamento, Direção), que vai controlar o desempenho, eficácia e eficiência do trabalho (equipe de execução).

As questões que se apresentam são: Qual a função do supervisor? Que valores fundamentam a supervisão? Sua ação é direcionada, aleatória ou criadora?

A partir da LDB (Lei 5692) a supervisão configura-se como função controladora, meramente executora dentro de um modelo de educação tecnicista adequada ao modelo social, político e econômico vigente.

Com a formação de profissionais técnico – administrativos da educação, concretizava-se a habilitação em nível superior da supervisão escolar e não educacional, se identificando com os aparelhos ideológicos do Estado, formando profissionais incapazes de interpretar, refletir ou analisar criticamente o processo educacional.

Apresenta-se então dois tipos de função, dois tipos distintos de profissional, o Supervisor Escolar e o Supervisor Educacional. Este último dotado de função crítica e reflexiva do contexto societário no qual está envolvido o processo educacional.

"Mesmo quando se apresenta com outra roupagem da técnica está cumprindo, basicamente, uma função política, porque sua ação implica num exercício de tomada de decisões, embora essas sejam apenas ao nível da execução da realidade brasileira. O Supervisor Educacional decide sobre atividades de ensino, formas estratégicas de implementação de conteúdos e diretrizes curriculares. Porém, sua função se reduz apenas a decisões estratégicas de implantação de planos curriculares ou relativas ao processo ensino-aprendizagem". (Silva, 1987, p.67 e 68).

Grupo Operativo

Como o próprio autor, Pichon-Rivière, o definiu: "O grupo operativo é um conjunto de pessoas com um objetivo comum."

Os eixos do trabalho no grupo operativo ocorrem pela incorporação do ser humano na teoria e na condução operativa das tarefas.

Há no grupo operativo um processo de interação entre a aprendizagem e o ensino.

O grupo operativo atua sobre vários pontos da objetividade e também da subjetividade humana. Uma das estratégias utilizadas é a revisão do "esquema referencial", que constitui o conjunto de experiências que o indivíduo tem em seu pensamento e atuação.

As informações ou a verbalização pode não ser a primeira providência ao se iniciar o trabalho. Muitas vezes há a necessidade de se mostrar algo, primeiro corporalmente através da dramatização.

Cada grupo tem o seu caminho, escreve sua própria história e trabalha com autonomia. O grupo traça seus objetivos e o Coordenador atua com sua técnica nos temas escolhidos.

O trabalho pode levar o grupo a elaborar contradições como conseguir organizar ou desorganizar, adoecer ou curar; sua técnica original está na necessidade de que se trabalhe em grupo. É antes de mais nada uma experiência pessoal como base para a estrutura do grupo.

"A didática interdisciplinar baseia-se na pré-existência, em cada um de nós, de um esquema referencial (conjunto de experiências, conhecimentos e afetos com os quais o indivíduo pensa e age) que adquire unidade através do trabalho em grupo; ela promove, por sua vez, nesse grupo ou comunidade, um esquema referencial operativo sustentado pelo denominador comum dos esquemas prévios."(Pichon-Rivière, 1998, p.123)

"O terreno onde mais freqüentemente se tem utilizado a investigação operativa é o dos chamados problemas executivos, que surgem da necessidade de divisão, especialização e coordenação das tarefas comerciais e industriais." (Pichon-Rivière, 1998 p.125)

O trabalho operativo pode levar também o grupo a fazer relações de referência com outros grupos e melhorar suas relações e a atuação. Pichon-Rivière chama isso de "grupo de referência".

Podemos concluir que o centro do trabalho dos grupos operativos é a mobilização de estruturas estereotipadas, devido, principalmente, a ansiedade em relação a mudança e o objetivo é o

esclarecimento dessas ansiedades ou mesmo da aprendizagem, da comunicação, do esquema referencial ou das decisões, etc...

Seu marco conceitual então é o referencial e operativo num desenvolvimento desses numa dialética em espiral, criando-se um novo esquema referencial.

Segundo Morizot: "Num primeiro plano, "visão" é apenas o ato ou efeito de ver; mas "ter uma visão" nos remete à revelação, fantasma e fantasia; "ter visão" é o modo de compreender e perceber... "Olhar" é estudar, interessar-se, ocupar-se; olhar é estar voltado ou tomar conta de alguém." (1997, p.242).

Essa abordagem chamou bastante a atenção de todos. Os terapeutas já a conheciam, mas os educadores, acostumados às coordenações pedagógicas, às reciclagens, aos conselhos de classe, vivenciavam naqueles momentos, uma experiência para a educação bastante interessante.

Falar, não apenas do aluno, mas falar de si, das suas sensações, dos seus medos e das suas conquistas. Ser interpretado, olhado, às vezes até tocado, respeitado e colocado de frente às suas ações, numa reflexão que possibilite essa visão da sua prática pedagógica parecia, naquele momento, ser uma grande alternativa.

As sessões dessa "supervisão" eram em grupo, e a cada encontro eram levantados dois casos ou duas situações, no máximo, apresentados por dois participantes.

Esse grupo era composto de, no máximo, cinco pessoas e sua dinâmica fica bem clara com as colocações de Morizot: "Nestes grupos de supervisão trabalhamos em um campo de articulação no qual o saber teórico, o saber técnico, o saber corporal e o saber relacional se entrelaçam." (1997, p.244).

Diz ela ainda que: "super-visão é a forma de ampliar a visão do terapeuta e não substituí-la pela própria, levando-o a descobrir seu próprio envolvimento e permitindo gradativamente a sua própria diferenciação e autonomia." (1997, p.243).

Torna-se cada vez mais clara a necessidade do educador rever sua postura, sua visão, sua fala, sua relação como o aluno, beneficiando todo o processo, não só do "ensinar", mas também, e principalmente, o caminho do "aprender".

Referências Bibliográficas

- ANAIS do VII Congresso Brasileiro de Psicomotricidade. MORIZOT, Regina, Supervisão: o olhar do outro. Ceará, p. 241-245, 1998.
- SILVA, Naura Syriua F. Corrê da. Supervisão educacional: uma reflexão crítica. Petrópolis: Vozes, 1987.
- PICHON-RIVIÈRE, Enrique. O processo grupal, 6a edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.